

# A MODERNIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL

Rita de Cássia Rosa da SILVA\*

**RESUMO:** O presente trabalho aborda o processo de criação e modernização das universidades públicas e privadas no Brasil, desembocando no modelo atual.

A discussão desse processo será feita em dois momentos. O primeiro nos fala sobre o período de criação, consolidação e crescimento do setor no sistema de ensino, com ênfase nas instituições públicas. O segundo momento trata do crescimento no número de alunos formados em nível médio e expansão do setor privado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino superior. Universidade pública e privada. Reformas educacionais.

## INTRODUÇÃO

O processo de criação do ensino superior no Brasil ocorreu de maneira tardia, datando a criação das primeiras universidades somente no século XIX.

Durante o período colonial, o Brasil possuía escolas voltadas para a catequese dos gentis – missões – e colégios para os filhos dos colonos, administrados pela Companhia de Jesus. A forma-

---

\* Graduanda em Pedagogia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara – SP. Brasil –14800-901 – ritadecassiarosa@yahoo.com.br

ção superior deste período era obtida somente na metrópole, na Universidade de Coimbra.

Apesar das reformas educacionais ocorridas durante o período pombalino (1759 – 1777), foi somente em 188, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, que teve início a criação das primeiras universidades no país, tendo como suas principais características a formação de profissionais liberais e o controle estatal sobre o sistema de ensino.

Com base no texto de Sampaio (2000), o modelo utilizado para a formação profissional dessas instituições de ensino teve sua origem na combinação da influência pragmática – que orientou o projeto de modernização de Portugal no final do século XVIII – com o modelo napoleônico – que separava ensino de pesquisa científica. A finalidade dessa formação no país era criar quadros profissionais para a administração dos negócios do Estado e para a descoberta de novas riquezas.

Com a passagem da colônia para o império e a independência política em 1822, a situação dessas primeiras instituições de ensino não teve grandes modificações, pois os novos dirigentes não viam vantagens na criação ou diversificação das universidades.

Foi a partir da Primeira República (1899 – 1930), com a descentralização do poder pela Constituição de 1891, que se iniciou a ampliação e diversificação do ensino superior através da iniciativa privada e as reformas ocorridas a partir desse período, culminando no modelo dos dias atuais.

## **TIPOS DE INSTITUIÇÕES**

Durante o período anterior a Primeira República, as instituições de ensino superior eram administradas pela Assembléia Legislativa Geral, criada em 1834 através do Ato Adicional. Essas instituições, de caráter público, eram destinadas a formação da elite brasileira, uma vez que a única maneira para ingressar nessas instituições, era através dos exames preparatórios, ou diretamente para os alunos que frequentassem o Colégio Pedro II na corte.

Nessa época, era cobrado dos alunos do ensino superior mensalidades e taxas de matrícula, o que contribuía para que uma pequena parcela da sociedade ingressasse nesse sistema de ensino.

A partir da Constituição de 1891, com a descentralização do poder exercido pelo governo central no controle do ensino superior, a iniciativa privada, composta por grupos confessionais católicos ou protestantes e elites locais – empresários e políticos de estados – criou seus próprios estabelecimentos de ensino superior. Algumas dessas instituições contavam com o apoio de governos estaduais, enquanto que outras dependiam exclusivamente do apoio privado.

O surgimento dessas instituições caracterizou a abertura de um sistema até então público, restrito e centralizado em duas direções: alternativa confessional ao ensino público e laico, e a alternativa laica das elites estaduais para fugir do controle central.

Segundo dados de Sampaio (2000), até 1900 existiam apenas 24 instituições isoladas no país, sendo que três décadas depois, esse número passou a ser de 133, onde destas, 86 foram criadas na década de 20 e sua maioria era privada.

A elaboração do projeto de universidade a partir da década de 20 visava um movimento de modernização cultural e educacional do país, além da institucionalização da pesquisa no interior do sistema de ensino. Com isso, a criação de novas universidades centrava-se na própria ideia de universidade e suas funções sociais, que eram abrigar a ciência, os cientistas e as humanidades em geral promover a pesquisa.

Nesse âmbito de reformas educacionais, podemos destacar o projeto da Escola Nova, que apesar de não ser um projeto definido, era um movimento que defendia a escola universal, pública, gratuita, laica e caracterizava as universidades como “centros de saber desinteressados.”

Foi a partir dos debates dos anos 20, que o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu em 1930, uma ampla reforma educa-

cional brasileira e dispunha como deveria ser as universidades no país, tanto as públicas como as privadas.

Segundo o texto de Sampaio (2000), a reforma educacional editada em 1931 corroborou com o que a Constituição de 1891 já tinha feito, que era manter o sistema de ensino superior aberto à iniciativa privada. Com isso, o ensino superior privado passou por um processo de consolidação e crescimento, que é dividido pela autora em dois períodos: de 1933 à 1965 – Consolidação e estabilidade do crescimento da participação desse setor no sistema de ensino; de 1965 à 1980 – crescimento das matrículas e predominância no sistema de ensino superior.

Esse crescimento e predominância do setor privado no sistema de ensino superior foi acompanhado por diferentes reformas e, principalmente, por lutas e movimentos dos defensores do ensino público. Seu aumento em porcentagens de instituições e matrículas ocorreu através das tentativas de contenção por parte do governo central desses movimentos e a desvalorização do ensino público superior durante o período da Ditadura Militar.

Seguindo essa identificação de períodos, segue-se a análise de cada um deles individualmente.

## **PRIMEIRO PERÍODO: CONSOLIDAÇÃO E CRESCIMENTO (DOS ANOS 30 AOS ANOS 60)**

O período que caracteriza a consolidação e crescimento do setor privado no Brasil é demarcado pela reforma educacional realizada pelo ministro da educação Francisco Campos, em 1931.

No que se refere ao ensino superior, esta reforma tinha como finalidade estabelecer o formato legal que as universidades pública e privada deveriam obedecer. Através de um estatuto das universidades, as finalidades do ensino superior foram definidas como forma de elevar o nível de cultura geral, estimular a investigação científica, habilitar seus alunos ao exercício de diversas atividades, além de exigir a formação secundária para o ingresso no ensino superior.

Essa reforma também estimulava as normas de regulamentação do ensino pelo governo central, além de particularidades da administração interna das instituições e cobrança das anuidades.

A organização das universidades deveria ser feita em torno de uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que tinha como finalidade a formação de professores para o ensino secundário, o que acabou sobrepondo-se à produção de conhecimento e à prática da pesquisa. Deste modo, o ideal de universidade exclusivamente pública dos anos 20 não foram colocados em prática.

A década de 30 foi marcada também pela disputa entre católicos e laicos sobre o controle do ensino superior público. Na tentativa de acomodar os diferentes interesses existentes no ensino superior, Francisco Campos definiu que a universidade estabelecida no Rio de Janeiro ficaria sobre o controle e supervisão da Igreja, enquanto a universidade do DF ficaria sob a liderança laicizante, que pretendia fazer da universidade um centro de pensamento libertário e leigo, na figura de Anísio Teixeira.

Foi durante essa disputa pelo controle do ensino superior público sob uma moldura legal centralizadora que o ensino superior privado consolidou-se no país.

Segundo dado da autora, em 1933 o setor privado correspondia a 64,4% das instituições de ensino superior com 43,7% das matrículas, sendo que no ano de 1945, as matrículas chegaram a quase 50% do total de alunos em toda a rede superior. Este fato ocorreu pela criação de novos cursos nas instituições privadas, através de adaptações aos modelos orientados às instituições públicas.

Outros traços que marcaram o ensino superior privado foram a criação de estabelecimentos no eixo Rio – São Paulo, a concentração de cursos voltados para as Artes, a formação de profissionais da área da saúde, de professores de nível médio e a predominância das iniciativas religiosas.

Apesar do crescente aumento no número de matrículas no ensino superior no período de 1945 a 1955, o setor privado passou por um processo de diminuição das matrículas, chegando a 42,3%

em 1955. Este fato ocorreu devido a dois processos simultâneos, que foram a criação de universidades estaduais, reunindo institutos estaduais, federais e absorvendo algumas particulares isoladas; e a federalização das instituições de ensino superior, onde em 1950, além de algumas universidades estaduais, mais 24 faculdades isoladas, em sua maioria privadas, foram incorporadas a rede federal.

Foi durante esse processo de expansão do setor público que iniciou-se a criação das Pontifícias Universidades Católicas, sendo a primeira delas no Rio de Janeiro, no ano de 1944, demarcando o fim da disputa pelo controle do ensino superior. Essas universidades tinham um caráter semigovernamental, pois dependiam de financiamento estatal e estavam demarcadas como prioridade de ajuda pelo MEC, que segundo este, as instituições religiosas formavam um setor paralelo por não visarem fins lucrativos.

A expansão do setor público não significou que o setor privado também não estivesse se expandindo. Durante o período de 1945 a 1961, foram criados estabelecimentos privados caracterizando uma interiorização destes nos estados, além da ampliação de cursos para a formação de professores, enquanto as instituições voltadas para a formação de profissionais liberais acabaram sendo consideradas como especializadas.

O que pode ser observado no decorrer deste primeiro período de desenvolvimento do ensino superior, é que não houve políticas específicas para esta área. As modificações que ocorreram tratavam apenas de um ajuste para atender a crescente demanda dos setores médios urbanos, como processo de desenvolvimento industrial, por um modelo de ensino superior que já demarcava sua heterogeneidade.

## **SEGUNDO PERÍODO: EXPANSÃO (DE 1960 A 1980)**

Durante o segundo período que demarcou a expansão do ensino superior privado no país, o sistema universitário passou por uma crise em que a demanda de alunos era maior que as universidades criadas. Segundo Sampaio (2000), havia em 1960 um exce-

dente de 21,6% de alunos em relação ao número de estudantes matriculados nas universidades públicas.

Isso ocorreu devido ao aumento da sociedade média, através da ampliação do ensino público de grau médio, o que gerou uma nova clientela para o ensino superior. Devido a formação de uma sociedade industrial e urbana, a universidade que antes era vista como forma de *status* social, passou a significar garantia de acesso ao mercado de trabalho.

O modelo de universidades estabelecido nos anos 30 entra em crise no final da década de 50, o que fez com que se repetisse em certo sentido o movimento dos anos 20. O que se pretendia novamente era uma reformulação no sistema de ensino superior e uma reforma da universidade com base nos moldes americanos. As críticas que recaíam sobre a universidade diziam respeito à cátedra, ao compartilhamento da universidade e ao caráter elitista desta.

No final dos anos 50 e início dos 60, jovens professores juntamente com o movimento estudantil debatiam em torno de uma nova universidade, que fosse livre dos aspectos das antigas instituições, sendo que a nova universidade deveria ser pública, desestilizada e organizada por departamentos. A LDB ao contrário do que se esperava, garantiu a existência e ampliação do ensino superior privado no país. Com a preocupação de regulamentar os mecanismos de expansão do ensino superior, a LDB estabeleceu três novos órgãos com capacidade de decidir sobre a criação de novos cursos e estabelecimentos privados. Isso frustrou as expectativas dos reformadores dos anos 50. (BRASIL, 1961).

Já no fim da década de 60, depois de decidido os requisitos mínimos para o funcionamento das escolas de nível superior, o setor privado possuía 46% das matrículas, sendo que na década seguinte esse número responderia a 62,3%. O setor público também ampliou neste período, mas não conseguiu acompanhar o ritmo do privado.

Em 1968, no clima de intimidação e deteriorização dos direitos civis pelos governos da Ditadura Militar, a reforma universitária ocorreu com o fim dos órgãos de representação estudantil. Apesar

de eliminados esses órgãos, foi com base em suas ideias que a reforma se desenvolveu. Segundo a citação extraída do texto de Sampaio (2000, p.58-59):

[...] a reforma: a) aboliu a cátedra; b) instituiu o departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa; c) criou o sistema de institutos básicos; d) estabeleceu a organização do currículo em duas etapas – o básico e o de formação profissionalizante; e) alterou o vestibular, decretando o sistema de crédito e a semestralidade; f) estabeleceu o duplo sistema de democratização – um vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por currículo; g) integrou escolas e institutos na estrutura universitária; h) institucionalizou a pesquisa; i) centralizou a tomada de decisão em nível dos órgãos de administração federal. (SCHWARTZMAN, 1992; VEIGA, 1985; DURHAM, 1993a apud SAMPAIO, 2000, p.58-59).

Instituído a partir de 1969, o novo modelo de universidade era mantido sob um regime político de repressão, suspeita e intensa vigilância. Isso contribuiu para o que Sampaio define como fracasso no modelo adotado em 68, que contradizia os ideais de democratização da universidade.

Apesar das represálias do período político, durante a década de 70 a área de pesquisa e pós-graduação foi estimulada com a criação de financiadoras de pesquisas, como a Finep, Capes, CNPq e outras agências estaduais. Com isso a pesquisa institucionalizou-se em algumas universidades e a pós-graduação desenvolveu-se tanto no setor público como privado.

Com base nesses estudos, pode-se notar que durante a Ditadura Militar a legislação vigente abria brecha para a criação e ampliação das instituições privadas, o que na verdade correspondia a uma tentativa de privatização gradual do ensino superior no país. Mas o setor privado apenas se desenvolveu para atender o excedente de alunos da rede pública de ensino que é seletivo em termos sociais e acadêmicos até as dias de hoje.



## PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

Como vimos no até o presente momento deste trabalho, o ensino superior só ganhou força durante a Primeira República. Neste período, segundo Belei et al. (2006), a formação de professores universitários não existia. O fato é que durante esse período, os cursos superiores procuravam por profissionais que tivessem sucesso em suas atividades, e os convidavam para ensinar seus alunos a serem tão bons quanto eles. Eram esses professores que decidiam se os alunos tinham capacidade de exercer determinada atividade profissional, certificando-se através de um diploma, ou não.

Com a expansão universitária, os cursos voltados para a formação de professores foram restritos para o ensino fundamental e o médio, sendo que para lecionar nos cursos superiores era necessário apenas ser graduado em qualquer especialidade. Isso ocorre até os dias de hoje em algumas instituições.

Tanto nas instituições privadas quanto nas públicas, os profissionais responsáveis pela docência são experientes, com titulação em diversas áreas, mas em o embasamento necessário do processo de ensino-aprendizagem.

Durante o processo de criação e ampliação das universidades no país, tanto no setor privado como no público, a formação oferecida era voltada somente para atender em primeiro momento, ao *status* oferecido a aqueles que tivessem uma formação superior, que é o caso dos profissionais liberais; e num segundo momento, para garantir a formação de profissionais que atuassem nas diferentes áreas da nova sociedade urbana que se formava.

Para isso não era necessário o desenvolvimento de pesquisas que adequassem a formação dos profissionais do nível superior. Nesses termos, as reformas pelas quais o ensino superior passou mostra que a grande preocupação sempre foi e é até a atualidade, a qualificação de mão-de-obra.

## CONCLUSÃO

Através dos estudos desenvolvidos para a realização deste trabalho, pode-se observar que o ensino superior sempre esteve voltado para a formação de poucos. Durante os diferentes períodos históricos analisados, esta era uma forma de manter a estrutura de uma sociedade etilista.

As reivindicações e propostas feitas para a reforma do ensino em seus diversos setores, priorizavam uma educação laica, universal, gratuita, mas que atendesse a esta mesma fatia da população brasileira.

Esses fatos ficam bem explícitos desde a criação das primeiras universidades do país, que só aconteceu para elevar a então colônia as mínimas exigências necessárias para abrigar a família real em território brasileiro.

O setor privado se desenvolveu como uma estratégia de possibilitar aos filhos de políticos e empresários estatais o acesso ao ensino superior sem que estes fossem obrigados a saírem de suas casas para estudar nas capitais.

Com o passar do tempo, essas mesmas instituições modificaram seus objetivos, para atender a uma nova sociedade moderna, industrial e urbana que se fortalecia.

O governo central também contribuiu para o avanço dessas instituições, possibilitando sua criação e ampliação, de modo que aos poucos o ensino superior fosse privatizado no país. Isso porque, a universidade pública era voltada para a formação de pensadores, capazes de identificarem os problemas e falhas das formas administrativas do país.

Já a formação obtida nas universidades privadas, em sua grande maioria, era destinada a formação de profissionais, ou seja, era uma forma de garantir o ingresso no mercado de trabalho.

Nos dias de hoje, o ensino superior ainda passa por problemas relacionados a falta de vagas nas instituições públicas, a baixa qualidade das particulares, e o difícil acesso a esse nível de conhecimento pela péssima formação oferecida nos níveis básicos.

Apesar de propostas como ProUni, financiamentos estudantis, bolsas auxílio, a maior parte da população continua de fora da educação superior. Mesmo depois de tantas mudanças, depois de tanto tempo passado desde a criação das universidades e sua modernização, o ensino superior mantém, por tempo indeterminado a estrutura etilista de sempre, salvo a alguns poucos que conseguem burlar esta regra.

## THE MODERNIZATION OF THE UNIVERSITY IN BRAZIL

**ABSTRACT:** *This paper discusses the process of creating and modernização of public and private universities in Brazil, ending in the current model. The discussion of this process will be done in two stages. The first tells us about the period of creation, consolidation and growth in education, with emphasis on public institutions. The second phase deals with the growing number of graduates in high school and private sector expansion.*

**KEYWORDS:** *Higher education. Public universities and private. Educational reforms.*

## REFERÊNCIAS

BELEI, R. A.; GIMENEZ-PASCHOAL, S. R.; NASCIMENTO, E. N.; NERY, A. C. B. Profissionalização dos professores universitários: raízes históricas, problemas atuais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.87, n.217, p.401-410, set/dez, 2006.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 dez. 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>>. Acesso em: 15 out. 2010.

SAMPAIO, H. A dinâmica da relação público/privado no sistema de ensino superior brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000. p.37-74.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CUNHA, L. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Niterói: UFF, 1985.

CUNHA, L.; GÓES, M. Os movimentos de cultura/educação popular. In: \_\_\_\_\_. **O golpe na educação**. 7.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p.16-31.

HAIDAR, M. L. M. **O ensino secundário no Império Brasileiro**. São Paulo: Grijalbo, 1972.

HILSDORF, M. L. As reformas pombalinas: a ilustração no Brasil: a escola brasileira no Império. In: autor. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p15-54.

HOBSBAWM, E. Os anos dourados: revolução social: revolução cultural. In: \_\_\_\_\_. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914 – 1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p.253-336.

NAGLE, J. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Org). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1977. t.3. v.2. p.261-291.

KUHLMANN JUNIOR, M. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). In: \_\_\_\_\_. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. p.81-109.

LEMME, P. O manifesto dos pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.65, n.150, p.255-272, ago.1984.

SAVIANI, D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SOUZA, R. F., VALDEMARIN, V. T.; ALMEIDA, J. S.; SAVIANI, D. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p.9-58.

SCHWARTZMAN, S. et al. A reforma da educação: o grande projeto universitário. In: SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984. p.189-245.

SPÓSITO, M. P. Introdução. A expansão dos ginásios estaduais na cidade de São Paulo. In:\_\_\_\_\_. **O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 1984. p.13-93.

SOUZA, R. F. de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SOUZA, R. F., VALDEMARIN, V. T., ALMEIDA, J. S., SAVIANI, D. **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006. p.33-84.

